<u>ATA N.º 16/2025</u>
Reunião extraordinária do dia vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e cinco No dia vinte e cinco de julho de dois mil e vinte e cinco, reuniu o órgão executivo extraordinariamente, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, com a participação
de Carla Alexandra Pereira da Silva, Coordenadora Técnica, para redação da respetiva ata Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os membros: Pedro Amadeu
Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; António José Martins Coutinho, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias
Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores
VereadoresFoi registada a falta justificada de Eliana Machado
A reunião foi declarada aberta às quinze horas e dez minutos
<u>Ordem de Trabalhos</u>
• Empreitada "Construção da Extensão de Saúde de Talhadas" – Abertura de Procedimento – Concurso Público
Período da Ordem do Dia
Empreitada "Construção da Extensão de Saúde de Talhadas" – Abertura de Procedimento –
Concurso Público: - Na sequência da aprovação do projeto de arquitetura, em reunião de Câmara de 11 de junho de 2025, foi apresentada uma proposta para a abertura de um procedimento, através de concurso público, para a realização da empreitada "Construção da
Extensão de Saúde de Talhadas"
Analisada a documentação, a Câmara Municipal decidiu, por unanimidade, ao abrigo do
previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aprovar
a abertura de um concurso público, para a execução da empreitada " $\underline{\text{Construção da Extensão}}$
de Saúde de Talhadas". Foi, de igual modo, aprovada a minuta do anúncio, as peças do
procedimento e o seguinte:
a) Que o júri do procedimento fosse constituído pelos seguintes elementos:
<u>Efetivos</u> :
- Bruno Miguel de Jesus Machado;
- Sandra Cristina Pinhão Veiga
<u>Suplentes:</u>
- Rui Fernando Fernandes Loureiro;
- Jorge Ricardo Tavares Gonçalves;
- Daniela Cristina Marques Rodrigues;
- Alfredo Miguel Dias de Castro
b) Que o valor do preço base do contrato – artigo 47º do CCP – fosse fixado em € 490 000,00 (quatrocentos e noventa mil euros);
c) Que o prazo de execução do contrato seja de 365 dias;
d) Que nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de
junho, foi autorizada a despesa relacionada com a execução desta empreitada;
e) Que não é necessário solicitar autorização à Assembleia Municipal, nos termos do artigo
6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, para a assunção de encargos plurianuais, conforme inscrição no Plano 2018/140, já previstos no PPI aquando da aprovação pela
Assembleia Municipal
Votação: A favor – Pedro Lobo, Paulo Nogueira, António Coutinho, Ricardo Silva, Paula
Coutinho e José Almeida e Costa
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi
aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada
a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por quem a redigiu